TSE aperta cerco sobre atuação da Meta

Às vésperas do 2º turno, Corte cobra da plataforma a comprovação de que cumpre as regras de tratamento igualitário às campanhas de Lula e Flávio, após denúncia da equipe do petista. ANPD investiga suspeitas de bloqueios e falta de transparência nas redes sociais

» ALÍCIA BERNARDES
» PEDRO JOSÉ BORGES
» DANANDRA ROCHA

Luiz Roberto/TSE

A decisão de Bellizze prevê o aumento da multa diária se a empresa não comprovar o cumprimento das medidas

A atuação das plataformas digitais entrou no centro das disputas eleitorais na reta final da campanha presidencial. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deu 24 horas para a Meta comprovar que cumpre as regras de tratamento igualitário às campanhas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do senador Flávio Bolsonaro (PL), que disputam o segundo turno. Em outra frente, o corregedor-geral da Justiça Eleitoral, ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, proibiu o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) e o influenciador Pablo Marçal de republicarem conteúdos já vetados pela Corte.

A determinação sobre a Meta — responsável por Instagram, Facebook e WhatsApp — foi tomada pelo ministro Marco Aurélio Bellizze ante questionamentos sobre a distribuição de conteúdo político-eleitoral. A campanha petista apontou possíveis diferenças no tratamento dado aos candidatos, incluindo dificuldades para impulsionar publicações no Instagram e restrições à geração de imagens pela ferramenta Meta AI. A equipe ainda questionou a circulação de materiais relacionados à candidatura adversária.

Pelas regras estabelecidas pelo TSE, a empresa não pode reduzir artificialmente o alcance de conteúdos políticos dos candidatos, excluí-los dos sistemas de recomendação ou restringir buscas de maneira desigual. A plataforma deve aplicar os mesmos critérios de moderação aos dois concorrentes.

Bellizze advertiu que a alteração unilateral dos prazos judiciais equivale a descumprimento, especialmente em um processo no qual a efetividade das medidas depende do tempo. A decisão prevê multa diária de R$ 500 mil, com possibilidade de elevação para R$ 1 milhão em caso de descumprimento.

Na frente contra a atuação de influenciadores, Cueva determinou que Nikolas Ferreira e Pablo Marçal não voltem a divulgar materiais já removidos por ordem judicial, incluindo publicações substancialmente idênticas às proibidas em seis processos. A multa prevista é de R$ 50 mil por postagem.

A medida atende a um pedido de urgência da coligação Brasil Pronto pra Mais, de Lula, que acusa os dois de disseminar conteúdos desinformativos em benefício da candidatura de Flávio Bolsonaro. O presidenciável e Alfredo Gaspar, vice na chapa, também são investigados na ação.

A decisão ainda obriga Meta e X a impedirem o impulsionamento pago de publicações dos perfis dos investigados e a não concederem tratamento privilegiado na distribuição de propaganda eleitoral até as 23h59 de 25 de outubro, data do segundo turno. As plataformas estão sujeitas à multa diária de R$ 500 mil cada e devem preservar os dados e prestar esclarecimentos sobre o alcance e os mecanismos de recomendação das contas.

A circulação orgânica dos conteúdos, sem promoção paga, foi mantida. O corregedor rejeitou, por ora, a suspensão generalizada dos pagamentos de monetização recebidos pelos influenciadores. A ação ainda será analisada. O recebimento da representação não significa reconhecimento prévio de irregularidades.

Suspensão de contas

Paralelamente, a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) notificou a Meta para esclarecer denúncias de possíveis violações aos direitos dos usuários do Instagram e do Facebook. A empresa tem cinco dias úteis para explicar os critérios de suspensão de contas, remoção de publicações e restrição de alcance, além dos mecanismos de denúncia, revisão humana e recurso contra decisões automatizadas. As reclamações incluem casos de bloqueios considerados indevidos, falta de justificativas específicas e suspeitas de shadowban, quando o alcance de uma publicação é reduzido sem comunicação clara ao usuário. A apuração foi aberta após manifestações do Ministério Público Federal, de organizações da sociedade civil e de cidadãos.

» Prejuízo à campanha

O coordenador político do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e presidente nacional do PT, Edinho Silva, disse, ontem, que a Meta prejudicou a campanha petista. Ele afirmou que a empresa não pode "assumir lado na disputa presidencial do Brasil". "A Meta prejudicou muito a campanha do presidente Lula, inclusive restringindo nossos conteúdos e liberando os do nosso adversário", disse, durante o debate com o coordenador de campanha de Flávio Bolsonaro (PL-RJ), senador Rogério Marinho (PL), promovido pela GloboNews. "Não dá para a gente enfrentar a Meta, que é uma empresa norte-americana, que tem interesses comerciais no Brasil, que não quer que as redes sejam reguladas."

Ordens para a plataforma

Veja o que determinou o TSE

» A empresa deve apresentar relatórios detalhados sobre as providências adotadas e esclarecer quais medidas decorreram de ordens judiciais e quais foram implementadas por iniciativa própria.

» Os documentos têm de ser entregues em português, com os horários ajustados ao fuso de Brasília e explicações que permitam identificar o atendimento de cada determinação.

» A Meta deve informar orientações sobre a distribuição de publicações feitas em colaboração entre perfis. A Meta poderá deixar de recomendar esse tipo de conteúdo quando ele for exibido no perfil oficial, mas não poderá estender a restrição à distribuição da mesma publicação pelo perfil do coautor.

» A plataforma tem, ainda, confirmar que interrompeu medidas de não recomendação aplicadas a contas que não sejam perfis oficiais.

» A empresa deve reapresentar relatório com informações organizadas de maneira clara e individualizada.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Lula escorrega na casca de banana, mas no final do debate desafia Flávio

O primeiro confronto entre Luiz Inácio Lula da Silva e Flávio Bolsonaro, domingo, na TV Bandeirantes, terminou com duas vitórias proclamadas pelas respectivas torcidas e uma derrota evidente: a do debate público. Diante de um país preocupado com violência, custo de vida, saúde e emprego, Flávio trabalhou para nivelar a discussão por baixo, provocando o adversário; Lula escorregou na casca de banana e foi para um confronto pessoal com acusações recíprocas de corrupção. O indeciso que esperava esclarecer o voto no debate encontrou mais motivos para hesitar.

A estratégia do senador estava anunciada antes de sua chegada ao estúdio. Na manifestação da Avenida Paulista, Flávio prometera confrontar o presidente com acusações. No palco, mostrou preparo para executar esse roteiro: interrupções, ironias, movimentação atrás do adversário e frases destinadas aos cortes das redes sociais. Começou mais tranquilo, tomou a iniciativa e conseguiu deslocar a discussão das propostas para os escândalos. Sua vantagem foi ditar o ambiente emocional do confronto, desestabilizando o presidente Lula.

Essa desenvoltura frequentemente descambou para a arrogância. O sorriso de escárnio e a insistência em constranger Lula agradaram aos convertidos, mas podem ter afastado quem procurava equilíbrio e capacidade de governar. A provocação sobre proteger a própria carteira, por exemplo, sintetizou o método: produzir uma humilhação facilmente compartilhável, mesmo que isso sacrificasse a discussão sobre o futuro do país.

Flávio também expôs fragilidades quando precisou responder. Desviou de cobranças sobre seu voto contra a ampliação da licença-maternidade, foi pressionado pelas mudanças de posição sobre a escala 6x1 e não assumiu compromisso claro diante do desafio de abertura dos sigilos bancário e telefônico. Os questionamentos sobre recursos do Banco Master para a cinebiografia de Jair Bolsonaro o colocaram na defensiva. São assuntos que exigem esclarecimentos, investigações e responsabilidades comprovadas.

Lula teve seus melhores momentos quando explorou essas contradições e cobrou respostas concretas. A experiência administrativa lhe permitiu apresentar referências sobre indústria, crédito, educação e proteção social. Ao recordar os 700 mil mortos da pandemia, levou Flávio a admitir que o governo de seu pai foi muito insuficiente na saúde. O presidente também acertou ao reconhecer a insatisfação com o custo de vida: resultados econômicos precisam chegar ao orçamento doméstico para se transformar em reconhecimento político.

Seu ponto fraco foi perder o comando da própria estratégia. Preparado para defender realizações e discutir propostas, deixou-se arrastar para a troca de ofensas. A expressão "malandro carioca" ofereceu munição desnecessária ao adversário. A irritação e a aparência de cansaço, percebidas até por aliados, reduziram a força de suas intervenções. Quando poderia aprofundar uma cobrança incômoda, forçar Flávio a abrir os sigilos bancário e telefônico, aceitou mudanças de assunto. Resumindo, conhecer mais a máquina pública não bastou para controlar o confronto.

O que farão?

A repercussão negativa do debate ultrapassou as fronteiras. Os veículos estrangeiros descrevem um encontro áspero, caótico e dominado por insultos. Sobraram acusações e faltou comparação entre políticas públicas. Até a política externa virou uma disputa entre amizades inconvenientes.

Entretanto, as duas campanhas encontraram passagens para cantar vitória e capitalizar o debate nas redes sociais. Isso não demonstra conquista de votos. Para o indeciso, o saldo foi mais confusão do que esclarecimento. A frustração produzida pelo encontro precisa ser medida nas próximas pesquisas. O risco é alimentar a abstenção e o voto nulo. Uma campanha concentrada em provar que o outro é inaceitável pode convencer parte do público a rejeitar os dois.

Lula foi ao debate embalado pela pesquisa Vox Brasil, divulgada no domingo, que registrou 51% dos votos válidos para o presidente e 49% para Flávio, dentro da margem de erro. Já o PoderData/Aya divulgado na segunda-feira botou lenha na fogueira de Flávio: apontou o senador com 52%, contra 48% de Lula. Ambas mostram uma disputa aberta. As entrevistas ocorreram antes do debate; portanto, nenhum desses resultados pode ser apresentado como consequência do desempenho no palco. O retrato é de disputa aberta, com divergência entre levantamentos.

A semana final começa sob esse impacto. Flávio esteve em Marabá nesta segunda-feira, com promessas de regularização fundiária, flexibilização ambiental e endurecimento penal, e tinha agenda prevista em Manaus. Nesta terça-feira, Lula prepara para uma caminhada entre Juazeiro e Petrolina, atravessando o São Francisco para mobilizar seu eleitorado nordestino. Nas redes, lulistas procuram recuperar ausentes e conquistar votos; bolsonaristas cobram engajamento dos aliados.

Os atos de rua disputarão espaço com os recortes do debate nas redes, enquanto as equipes ajustam a preparação para o confronto da Globo, na sexta-feira. Lula precisa recuperar a iniciativa sem aceitar cada provocação. Flávio precisa demonstrar que sua candidatura oferece mais do que ataques. Até domingo, ambos terão de responder à pergunta que está na cabeça dos eleitores indecisos: o que pretendem fazer com o poder que disputarão nas urnas.